



**UNIVERSIDADE
FEDERAL DA
PARAÍBA**



ACORDO GERAL DE COOPERAÇÃO ACADÊMICA

ENTRE A

UNIVERSIDADE FEDERAL DA PARAÍBA

E A

UNIVERSIDAD COMPLUTENSE DE MADRID

A **UNIVERSIDADE FEDERAL DA PARAÍBA**, a seguir denominada **UFPB**, uma instituição de Educação Superior reconhecida pela Lei Federal nº 3.835, de 13 de Dezembro de 1960, CNPJ nº 24.098.477/0001-10, (www.ufpb.br) cuja reitoria se encontra na Cidade Universitária – Campus I – Prédio da Reitoria – Castelo Branco – 58.051-900 – João Pessoa – Paraíba – Brasil, legalmente representada por sua Magnífica Reitora, **Professora Doutora Margareth de Fátima Formiga de Melo Diniz**, legitimada para este ato em virtude das atribuições que tem conferidas segundo a publicação no Diário Oficial da União, seção 02, edição 217, p. 01, de 11 de novembro de 2016.

E a **UNIVERSIDAD COMPLUTENSE DE MADRID**, a seguir denominada como **UCM**, pessoa jurídica de direito público e patrimônio próprio, goza de autonomia de acordo com o artigo 27.10 da Constituição e da Lei Orgânica 6/2001, de 21 de dezembro, com sede na Avenida de Séneca, 2, 28040, cidade de Madri, Espanha, neste ato representada por seu Magnífico Reitor, Professor Doutor **Carlos Andradás Heranz**, em virtude das atribuições que tem conferidas segundo o Decreto 25/2011, de 5 de maio de 2011, publicado no Boletim Oficial de la Comunidad de Madrid, no dia 10 de maio de 2011.

Considerando que o desenvolvimento da cooperação acadêmica, científica e cultural é benéfico para ambas às instituições, e desejando reforçar essa cooperação, a UFPB e a UCM, concordam em celebrar o presente Acordo Geral de Cooperação que se regerá pelas seguintes

CLÁUSULAS

PRIMEIRA – As instituições parceiras acordam que o objeto do presente instrumento é o estabelecimento das bases gerais para a cooperação em todas as áreas do ensino, extensão e da pesquisa consideradas de interesse mútuo.

.SEGUNDA – Com o fim de executar a cláusula anterior, as partes aceitam que poderão considerar as seguintes formas de cooperação:

m

- a) Intercâmbio de professores, pesquisadores, pessoal administrativo e estudantes de todos os ciclos;
- b) Desenvolvimento conjunto de atividades de ensino e pesquisa;
- c) Organização e participação em seminários, conferências, oficinas e outros encontros acadêmicos;
- d) Publicação conjunta de relatórios de pesquisa, artigos, livros, etc.;
- e) Intercâmbio de material e publicações acadêmicas;
- f) Realização de programas de dupla titulação ou titulação conjunta em co-tutela de tese, de acordo com a legislação de cada instituição;
- g) Outras formas de cooperação que acordarem as partes.

TERCEIRA – Cada uma das atividades de cooperação estabelecida com base neste acordo deverá ser formalizada através de convênios específicos anexados ao presente, e deverão conter os termos e condições que regulam a atividade. Ambas as instituições devem concordar previamente sobre esses termos e condições individualmente.

QUARTA – A supervisão e coordenação das atividades desenvolvidas com base no presente acordo serão atribuídas aos responsáveis pela área internacional de cada instituição, ou por aqueles oficialmente designados para representa-las.

QUINTA – As partes poderão recorrer a instituições públicas ou privadas, nacionais ou internacionais, para a obtenção dos recursos necessários para financiar, total ou parcialmente, o desenvolvimento das atividades que se realizem sob o marco do presente convênio, quando o considerarem necessário.

SEXTA – Ambas as instituições concordam expressamente manter a confidencialidade da informação e dos produtos que resultem dos projetos de pesquisa, assim como de toda a informação que não seja de domínio público e a que poderiam ter acesso no marco deste documento.

SÉTIMA – As partes concordam que as publicações de diversas categorias (artigos, folhetos, etc.), assim como as coproduções e difusões objeto do presente instrumento, se realizarão de comum acordo.

Da mesma forma, concordam que a titularidade dos direitos de propriedade intelectual e industrial que resultem das ações desenvolvidas no marco do presente convênio, corresponderá à parte cujo pessoal tenha realizado o trabalho. Se for produto de um trabalho conjunto, as partes dividirão a titularidade dos direitos de acordo com sua participação nas atividades. Em todos os momentos, as partes outorgarão o devido reconhecimento às pessoas que participaram no desenvolvimento das mesmas.

OITAVA – As partes concordam que os funcionários ou membros de cada uma delas que sejam designados para a realização conjunta de qualquer ação, continuarão de forma absoluta sob a direção ou dependência da parte com a qual tenham estabelecido sua relação trabalhista, independentemente de estar prestando seus serviços em instalações da outra instituição para a

mm

qual foram designados. Por isso, cada uma delas assumirá sua responsabilidade e, em nenhum caso serão consideradas empregadores solidários ou substitutos. Se na realização de um programa intervenham pessoas que prestem seus serviços a instituições ou pessoas distintas às partes, estas sempre continuarão sob a direção e dependência das referidas instituições ou pessoas, uma vez que sua intervenção não produzirá relação de trabalho nem com a UFPB e nem com a UCM

NONA – Fica expressamente acordado que nenhuma das partes terá responsabilidade civil por danos e prejuízos que possam ocorrer por motivo de força maior ou casos fortuitos que possam impedir a continuidade das atividades previstas no presente convenio ou seus instrumentos derivados, podendo ser retomadas nas mesmas condições e circunstâncias quando desaparecerem as causas que motivaram sua suspensão, até sua conclusão total.

DÉCIMA – O presente acordo entrará em vigor na data de sua última assinatura e terá validade por um período de cinco (5) anos, ao término do qual poderá ser renovado por períodos iguais, mediante comunicação por escrito das partes e a assinatura do documento correspondente. O presente acordo pode ser revisado ou modificado a qualquer momento, por acordo mútuo por escrito dos representantes autorizados das partes. As modificações obrigarão as partes a partir da data de sua assinatura. Da mesma forma, poderá ser rescindido unilateralmente mediante aviso por escrito à outra parte, com antecedência mínima de três (3) meses à data determinada para tal efeito. Essa decisão não afetará as atividades acadêmicas em desenvolvimento, que deverão continuar até o seu término, conforme o programa, termos e calendário acordados originalmente.

DÉCIMA PRIMEIRA – O presente acordo é assinado num espírito de boa fé e cooperação, razão pela qual as instituições convenientes concordam em resolver, de forma amigável, qualquer controvérsia advinda da interpretação, formalização e cumprimento do mesmo. Caso a questão não possa ser resolvida, a disputa será submetida a uma arbitragem. Cada instituição designará um membro do comitê de arbitragem e um terceiro membro será escolhido por mútuo consentimento

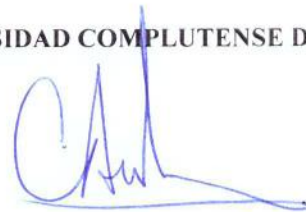
Os representantes das instituições assinam o presente Acordo Geral de Cooperação em quatro vias originais, sendo duas (2) em espanhol e duas (2) em português, de igual forma e teor, no local e data indicados.

UNIVERSIDADE FEDERAL DA PARAÍBA

Dra. Margareth de Fátima Formiga M. Diniz
Reitora

João Pessoa, 09/10/17

UNIVERSIDAD COMPLUTENSE DE MADRID



Dr. Carlos Andradás Heranz Rector
Reitor

Madri, 20/10/2017



**UNIVERSIDADE
FEDERAL DA
PARAÍBA**



ACUERDO GENERAL DE COOPERACIÓN ACADÉMICA

ENTRE LA

UNIVERSIDADE FEDERAL DA PARAÍBA

Y LA

UNIVERSIDAD COMPLUTENSE DE MADRID

LA UNIVERSIDADE FEDERAL DE PARAÍBA, en lo sucesivo denominada **UFPB**, una institución de enseñanza superior, reconocida a través de la Ley Federal 3.835, con fecha 13 de Diciembre 1960, CNPJ N° 24.098.477/0001-10 (www.ufpb.br) cuya oficina central está en Cidade Universitária - Campus I - Prédio da Reitoria, 1º andar - Castelo Branco - 58.059-900 - João Pessoa - Paraíba - Brasil, en este acto, representada por su Rectora Profesora Doctora **Margareth de Fátima Formiga Melo Diniz**, en virtud de las atribuciones que tiene conferidas según la publicación en el Diario Oficial da União, sección 02, edición 217, p. 01, de 11 de noviembre de 2016;

Y LA UNIVERSIDAD COMPLUTENSE DE MADRID, en adelante denominada como **UCM**, persona jurídica de derecho público y patrimonio propio, goza de autonomía de acuerdo con el artículo 27.10 de la Constitución y la Ley Orgánica 6/2001, de 21 de diciembre, ubicada Avenida de Séneca, 2. 28040, ciudad de Madrid, España, representada por su Rector Magnífico, Prof. Dr. **Carlos Andradás Heranz**, en virtud de las atribuciones que tiene conferidas según el Decreto 25/2011 de 5 de mayo de 2011 publicado en el Boletín Oficial de la Comunidad de Madrid, el día 10 de mayo de 2011.

Considerando que el desarrollo de la cooperación académica, científica y cultural es benéfico para ambas las instituciones, y deseando reforzar esa cooperación, la UFPB y la UCM, acuerdan en celebrar el presente Acuerdo General de Cooperación que se regirá por las siguientes

CLÁUSULAS

PRIMERA – Las instituciones se comprometen a establecer una cooperación en todas las áreas de la enseñanza, extensión y de la investigación consideradas de interés mutuo

SEGUNDA – A fin de ejecutar la cláusula anterior, las partes acuerdan que podrán considerar las siguientes formas de cooperación.

- a) Intercambio de profesores, investigadores, personal administrativo y estudiantes de grado y postgrado, incluyendo doctorandos;
- b) Desarrollo conjunto de actividades de enseñanza e investigación;
- c) Organización y participación en seminarios, conferencias, talleres y otros encuentros académicos;
- d) Publicación conjunta de resultados de investigación, artículos, libros, etc.;
- e) Intercambio de material y publicaciones académicas;
- f) Realización de programas de doble titulación o titulación conjunta en co-tutela de tesis, de acuerdo a la legislación y normativa de cada institución.
- g) Otras formas de cooperación que acuerden las partes.

TERCERA – Cada una de las actividades de cooperación establecida en base en este acuerdo deberá formalizarse a través de convenios específicos adjuntos al presente, y deberán contener los términos y condiciones que regulan la actividad, Ambas instituciones deben concordar previamente sobre estos términos y condiciones individualmente.

CUARTA – La supervisión y coordinación de las actividades realizadas en base al presente acuerdo serán asignadas a las personas responsables por el área internacional de cada institución, o por aquellos oficialmente designados para que las representen.

QUINTA – Las partes podrán gestionar ante instituciones públicas o privadas nacionales o internacionales, la obtención de recursos necesarios para financiar, total o parcialmente, el desarrollo de las actividades que se realicen en el marco del presente convenio, cuando lo consideren necesario.

SEXTA – Ambas instituciones acuerdan expresamente mantener confidencialidad de la información y productos que surjan de los proyectos de investigación, así como de toda la información que no sea del dominio público y a la que podrían tener acceso en el marco de este documento.

SÉPTIMA – Las partes convienen en que las publicaciones de diversas categorías (artículos, folletos, etc.), así como las coproducciones y difusión objeto del presente instrumento, se realizará de común acuerdo.

Asimismo, convienen en que la titularidad de los derechos de propiedad intelectual e industrial que resulten de las acciones desarrolladas en el marco del presente convenio, corresponderá a la parte cuyo personal haya realizado el trabajo. Si son producto de un trabajo conjunto, las partes compartirán la titularidad de los derechos de acuerdo con su participación en las actividades. En todo momento las partes otorgarán el debido reconocimiento a las personas que participaron en el desarrollo de las mismas.

OCTAVA – Las partes acuerdan que el personal o los miembros de cada una de ellas que sean designados para la realización conjunta de cualquier acción, continuará en forma absoluta bajo la dirección o dependencia de la parte con la que tenga establecida su relación laboral, independientemente de que sus servicios se presten en las instalaciones de la parte a la que fue asignada. Por ello, cada una de ellas asumirá su responsabilidad y en ningún caso serán considerados empleadores independientes o sustitutos Si en la realización de un programa interviene personal que preste sus servicios a instituciones o personas distintas a las partes, éste continuará siempre bajo la dirección y dependencia de dicha institución o persona, por lo que su intervención no originará relación de carácter laboral ni con UFPB ni con la UCM.

NOVENA – Queda expresamente pactado que ninguna de las partes tendrá responsabilidad civil por daños y perjuicios que pudiesen causarse recíprocamente por causas de fuerza mayor

o casos fortuitos que pudieran impedir la continuación de las actividades previstas en el presente convenio o sus instrumentos derivados, pudiendo reanudarse en las mismas condiciones y circunstancias cuando desaparezcan las causas que motivaron su suspensión hasta su total conclusión.

DÉCIMA – Este acuerdo entrará en vigor a la fecha de su última firma y será válido durante un período de cinco (5) años, al término de los cuales podrá acordarse su renovación por períodos iguales, mediante comunicación por escrito de las partes y la suscripción del documento correspondiente. El presente Acuerdo se puede revisar o modificar en cualquier momento, por mutuo acuerdo firmado por los representantes autorizados de las partes. Las modificaciones obligarán a las partes a partir de la fecha de su firma. Asimismo este Acuerdo se podrá rescindir anticipadamente por cualquier de las partes, mediante aviso por escrito a la otra parte, con al menos tres (3) meses de antelación a la fecha determinada para tal efecto. Tal decisión no afectará las actividades académicas en desarrollo, que deberán continuar hasta su terminación conforme al programa, términos y calendario acordados originalmente.

DÉCIMA PRIMERA – El presente acuerdo se suscribe en un espíritu de buena fe y cooperación, razón por la cual las instituciones signatarias acuerdan resolver, por consulta amistosa, cualquier controversia derivada de la interpretación, formalización y cumplimiento del presente Acuerdo. En el caso de que no se pueda resolver la cuestión, la disputa se someterá a un arbitraje. Cada institución designará un miembro del comité de arbitraje y un tercer miembro se elegirá de común acuerdo.

Los representantes de las instituciones firman el presente Acuerdo General de Cooperación, elaborado en cuatro ejemplares originales, dos (2) en español y dos (2) en portugués, de igual forma y validez, en el lugar y fecha indicados.

UNIVERSIDADE FEDERAL DA PARAÍBA

UNIVERSIDAD COMPLUTENSE DE MADRID



MFM
Dra. Margareth de Fátima Formiga M. Diniz
Rectora

João Pessoa,

09/10/17

A blue ink signature of Dr. Carlos Andradás Heranz, consisting of a stylized 'C' followed by 'A' and 'H'.

Dr. Carlos Andradás Heranz Rector
Rector

Madrid,

20 de octubre de 2017



**UNIVERSIDADE
FEDERAL DA
PARAÍBA**



**CONVÊNIO ESPECÍFICO PARA O INTERCÂMBIO DE
ESTUDANTES E PROFESSORES
ENTRE A
UNIVERSIDADE FEDERAL DA PARAÍBA
E A
UNIVERSIDAD COMPLUTENSE DE MADRID**

A **UNIVERSIDADE FEDERAL DA PARAÍBA**, a seguir denominada **UFPB**, uma instituição de Educação Superior reconhecida pela Lei Federal nº 3.835, de 13 de Dezembro de 1960, CNPJ nº 24.098.477/0001-10, (www.ufpb.br) cuja reitoria se encontra na Cidade Universitária – Campus I – Prédio da Reitoria – Castelo Branco – 58.051-900 – João Pessoa – Paraíba – Brasil, legalmente representada por sua Magnífica Reitora, **Professora Doutora Margareth de Fátima Formiga de Melo Diniz**, legitimada para este ato em virtude das atribuições que tem conferidas segundo a publicação no Diário Oficial da União, seção 02, edição 217, p. 01, de 11 de novembro de 2016.

E a **UNIVERSIDAD COMPLUTENSE DE MADRID**, a seguir denominada como **UCM**, pessoa jurídica de direito público e patrimônio próprio, goza de autonomia de acordo com o artigo 27.10 da Constituição e da Lei Orgânica 6/2001, de 21 de dezembro, com sede na Avenida de Séneca, 2, 28040, cidade de Madri, Espanha, neste ato representada por seu Magnífico Reitor, Professor Doutor **Carlos Andradás Heranz**, em virtude das atribuições que tem conferidas segundo o Decreto 25/2011, de 5 de maio de 2011, publicado no Boletim Oficial de la Comunidad de Madrid, no dia 10 de maio de 2011.

Com a finalidade de reforçar a cooperação entre as instituições e contribuir assim para os objetivos de internacionalização dos estudos que oferecem, assinam de comum acordo, com base no Acordo Geral de Cooperação, o presente Convênio Específico para o intercâmbio de estudantes e professores, de acordo com as seguintes:

CLÁUSULAS

PRIMEIRA – DO OBJETO

O presente documento tem como objetivo estabelecer as condições que regerão o programa de intercâmbio de estudantes e professores visitantes entre a UFPB e a UCM.

SEGUNDA – DISPOSIÇÕES GERAIS

1. Os intercâmbios de estudantes terão a duração mínima de um semestre e máxima de um ano acadêmico (dois semestres). Qualquer alteração deverá ser acordada por escrito entre as partes.
2. Todos os selecionados ao programa de intercâmbio deverão, obrigatoriamente, possuir o nível acadêmico e linguístico exigidos pela instituição acolhedora.
3. As candidaturas serão apresentadas através dos órgãos responsáveis pela gestão dos intercâmbios internacionais em cada instituição. Em nenhum caso se admitirão candidaturas diretas dos interessados.
4. Todos os alunos participantes do intercâmbio devem se registrar e pagar a matrícula correspondente na instituição de origem e estarão isentos do pagamento da mesma na instituição acolhedora.
5. Todas as despesas referentes a transporte, seguros, alojamento, alimentação, livros e gastos pessoais serão de responsabilidade dos participantes do intercâmbio.
6. Todos os participantes nos programas de intercâmbio, nos termos deste convênio, seguirão as exigências da imigração do país da instituição de destino e deverão, antes do início da viagem, contratar um seguro internacional de vida e de cobertura médico-hospitalar adequado, que lhes forneça os serviços e a atenção de saúde necessária, válida para todo o período de duração de sua mobilidade.
7. Ambas as instituições facilitarão e apoiarão os pedidos de recursos a organismos nacionais e internacionais que possam colaborar no financiamento dos intercâmbios previstos neste convênio.

TERCEIRA – INTERCÂMBIO DE ESTUDANTES DE GRADUAÇÃO

1. Número de estudantes

(a) O número de estudantes intercambistas deve limitar-se a dois (2) por ano acadêmico, (equivalente a quatro alunos/semestre), existindo a possibilidade de que um número maior possa ser aceito, mediante acordo prévio entre as partes e considerando a reciprocidade;



(b) Ambas as instituições revisarão anualmente o número de estudantes de intercâmbio e procurarão ajustá-lo de modo a obter um equilíbrio durante o período de vigência do programa;

2. Seleção de participantes e admissão

(a) Poderão participar do programa de intercâmbio, os estudantes que estejam regularmente matriculados nos cursos de licenciatura ou bacharelado oferecidos por ambas às instituições durante o período de realização do intercâmbio.

(b) A instituição de origem selecionará os candidatos que participarão do programa de intercâmbio segundo seus próprios critérios, o desempenho acadêmico e o nível de estudos alcançado pelos candidatos;

(c) A instituição acolhedora se reserva o direito de tomar a decisão final sobre a admissão de cada estudante indicado para o intercâmbio após a comprovação dos requisitos solicitados, considerando o equilíbrio entre o número de estudantes enviados e recebidos e a disponibilidade de vagas.

(d) Uma vez aceitos pela instituição acolhedora, os estudantes de intercâmbio terão os mesmos direitos e obrigações que qualquer aluno da universidade de acolhimento.

3. Coordenação

(a) As atividades desenvolvidas com base no presente Convênio terão a coordenação dos responsáveis pelo setor de relações internacionais em cada instituição ou daqueles oficialmente designados para representá-los;

(b) Cada ano, as instituições definirão, com suficiente antecedência, a data da inscrição para seu programa de intercâmbio, bem como o número e as condições das vagas a serem oferecidas.

4. Compromissos Acadêmicos

(a) Os estudantes participantes do programa, ao serem admitidos pela instituição acolhedora, têm o direito de se matricular como alunos sem direito à respectiva titulação nos cursos regulares oferecidos pela instituição receptora e por um período máximo de um ano acadêmico (2 semestres) e pelo número máximo de créditos permitido em cada instituição, estando sujeitos ao mesmo regime acadêmico que os demais estudantes matriculados em tais cursos. Todos os estudantes de intercâmbio deverão cumprir as leis do país de destino;

(b) As instituições parceiras no presente Convênio têm o direito de limitar, em coordenação com as Faculdades ou Escolas envolvidas, as disciplinas que podem ser

mm

oferecidas ao(s). aluno(s) de intercâmbio, caso seja conveniente, a fim de facilitar o reconhecimento acadêmico recíproco dos estudos realizados;

(c) Os estudantes de intercâmbio poderão cursar qualquer programa acadêmico oferecido pela instituição receptora, sempre e quando se disponha de vagas, exceção feita a programas com matrícula limitada. Qualquer crédito acadêmico obtido na instituição acolhedora poderá ser transferido para a instituição de origem, conforme os procedimentos estabelecidos pela mesma e o programa específico de estudos. A instituição acolhedora orientará academicamente e informará sobre os programas de estudo pertinentes conforme corresponda;

(d) No caso em que o aluno de intercâmbio conte com um plano de estudos acadêmicos, previamente assinado e carimbado por ambas as instituições, a instituição receptora deverá permitir o aluno se matricular em todas as disciplinas incluídas no mesmo, salvo se a disciplina não for oferecida naquele semestre acadêmico específico ou se observe choque de horários. Em qualquer dos casos a instituição de origem deverá ser informada da necessidade de alteração no plano de estudos.

5. Avaliação

(a) Ao final do período de estudos, a instituição acolhedora emitirá um histórico escolar para cada aluno de intercâmbio, especificando o número de créditos cursados, a duração do curso e as notas obtidas;

(b) Cada uma das instituições aceitará os estudos realizados na outra como equivalentes aos seus próprios, dentro dos limites que estabeleça a legislação vigente em cada país e a normativa própria de cada instituição. Qualquer crédito acadêmico obtido na instituição acolhedora pode ser transferido para a instituição de origem, porém o reconhecimento ficará a cargo da última;

(c) A instituição acolhedora se reserva o direito de excluir o estudante cujo rendimento acadêmico ou conduta sejam violadores das regras da instituição ou país acolhedor. A instituição acolhedora deverá informar à instituição de origem sobre as circunstâncias antes de aplicar tal medida. Ambas as instituições concordam que não haverá substituição de estudantes que não terminarem o intercâmbio.

6. Alojamento e Serviço de Apoio

(a) A instituição de acolhimento prestará aos estudantes recebidos no âmbito do presente programa de intercâmbio a ajuda necessária na procura de um alojamento apropriado, bem como lhes proporcionará apoio e orientação adequada para o perfeito desenvolvimento de sua estadia;

(b) Os estudantes de intercâmbio terão direito na instituição acolhedora de acessar e utilizar os serviços que esta ofereça nas mesmas condições que seus próprios estudantes.

A instituição receptora informará devidamente aos estudantes de intercâmbio acerca da disponibilidade de tais serviços.

QUARTA - INTERCÂMBIO DE ESTUDANTES DE PÓS-GRADUAÇÃO

O número de estudantes, bem como todas as especificações para o intercâmbio de estudantes de pós-graduação deverão ser definidas por acordo mútuo entre as partes, caso a caso, através do documento correspondente.

QUINTA - INTERCÂMBIO DE PROFESSORES E PESQUISADORES

(a) O intercâmbio de professores e pesquisadores visitantes para participar em programas de formação, estudos e desenvolvimento de projetos conjuntos, deverá ser realizado conforme o Programa de Trabalho encaminhado e aprovado por escrito pelas partes;

(b) Os professores e pesquisadores assumirão todos os gastos com transporte, alojamento, refeições e seguros de saúde, inclusive gastos adicionais incorridos pelo cônjuge ou dependentes, se for o caso;

(c) Os professores e pesquisadores devem desfrutar de vantagens idênticas às dos seus colegas da instituição de acolhimento;

SEXTA – SOLUÇÃO DE CONTROVÉRSIAS

As instituições convenientes concordam em resolver, de forma amistosa, qualquer controvérsia advinda da interpretação do presente convênio. Caso a questão não possa ser resolvida, a disputa será submetida a arbitragem. Cada instituição designará um membro do comitê de arbitragem e um membro será escolhido por mútuo consentimento.

SÉTIMA – VIGÊNCIA

Este documento entrará em vigor na data da última assinatura e sua vigência corresponderá à do Acordo Geral de Cooperação. Este convenio poderá ser modificado a qualquer momento, por vontade e consentimento mútuo das partes. Além disso, poderá ser rescindido por qualquer uma das partes, mediante aviso escrito a outra parte, com o mínimo de três (3) meses de antecedência em relação à data determinada para tal efeito. Tal decisão não afetará as atividades em desenvolvimento, que deverão continuar até sua conclusão, conforme o programa, condições e cronograma acordados originalmente.

OITAVA – RESPONSABILIDADE CIVIL

Fica expressamente acordado que nenhuma das partes terá responsabilidade civil por danos ou prejuízos que possam ser causados reciprocamente por força maior ou casos fortuitos que possam impedir a continuação das atividades previstas neste Convênio

m

Específico, podendo ser retomadas até sua total conclusão, nas mesmas condições e circunstâncias, quando do desaparecimento das causas que motivaram sua suspensão.

Por estarem de acordo, as instituições assinam o presente Convênio Específico de Intercâmbio de estudantes e professores elaborado em quatro (4) exemplares, sendo dois (2) em espanhol e dois (2) em português, de igual forma e teor.

UNIVERSIDADE FEDERAL DA PARAÍBA

UNIVERSIDAD COMPLUTENSE DE MADRID



[Handwritten signature]
Dra. Margareth de Fátima Formiga M. Diniz
Reitora

João Pessoa, 09/10/17

Dr. Carlos Andradás Heranz Rector
Reitor

Madri, 20/10/2017



**UNIVERSIDADE
FEDERAL DA
PARAÍBA**



**CONVENIO ESPECÍFICO PARA EL INTERCAMBIO DE
ESTUDIANTES Y PROFESORES
ENTRE LA
UNIVERSIDADE FEDERAL DA PARAÍBA
Y LA
UNIVERSIDAD COMPLUTENSE DE MADRID**

LA UNIVERSIDADE FEDERAL DE PARAÍBA, en lo sucesivo denominada “UFPB”, una institución de enseñanza superior, reconocida a través de la Ley Federal 3.835, con fecha 13 de Diciembre 1960, CNPJ N° 24.098.477/0001-10 (www.ufpb.br) cuya oficina central está en Cidade Universitária - Campus I - Prédio da Reitoria, 1º andar - Castelo Branco - 58.059-900 - João Pessoa - Paraíba - Brasil, en este acto, representada por su Rectora Profesora Doctora **Margareth de Fátima Formiga Melo Diniz**, en virtud de las atribuciones que tiene conferidas según la publicación en el Diario Oficial da União, sección 02, edición 217, p. 01, de 11 de noviembre de 2016;

Y LA UNIVERSIDAD COMPLUTENSE DE MADRID, en adelante denominada como **UCM**, persona jurídica de derecho público y patrimonio propio, goza de autonomía de acuerdo con el artículo 27.10 de la Constitución y la Ley Orgánica 6/2001, de 21 de diciembre, ubicada Avenida de Séneca, 2. 28040, ciudad de Madrid, España, representada por su Rector Magnífico, Prof. Dr. **Carlos Andradás Heranz**, en virtud de las atribuciones que tiene conferidas según el Decreto 25/2011 de 5 de mayo de 2011 publicado en el Boletín Oficial de la Comunidad de Madrid, el día 10 de mayo de 2011.

Con el fin de reforzar la cooperación entre las instituciones y contribuir así a los objetivos de internacionalización de los estudios que en ellas se imparten, suscriben de común acuerdo, en el marco del Acuerdo General de Cooperación, el presente Convenio Específico para el intercambio de estudiantes y profesores, de acuerdo con las siguientes:

CLÁUSULAS

mm

PRIMERA – DEL OBJETO

El presente documento tiene como objeto establecer las condiciones que regirán el programa de intercambio de estudiantes y profesores visitantes entre la UFPB y la UCM.

SEGUNDA – CARACTERÍSTICAS GENERALES

1. Los intercambios de estudiantes tendrán una duración mínima de un semestre y máxima de un año académico (dos semestres). Cualquier modificación deberá ser acordada por escrito entre las partes.
2. Todos los seleccionados al programa de intercambio deberán obligatoriamente satisfacer a los niveles académicos y lingüísticos establecidos por la institución receptora.
3. Las candidaturas se presentarán a través de las oficinas responsables en cada institución de la gestión de los estudiantes de intercambio. En ningún caso se admitirán candidaturas directas de los interesados.
4. Todos los alumnos que participen en el intercambio deben registrarse y pagar la matrícula correspondiente en la institución de origen y estarán exentos del pago de las mismas en la institución receptora.
5. Todos los gastos relativos a transportes, seguros, alojamiento y comida, libros y gastos personales quedarán a cargo de los participantes en el intercambio.
6. Todos los que participen de los programas de intercambio bajo este convenio, seguirán los requisitos de inmigración del país de la institución de destino y deberán, antes de que se inicie el viaje, contratar un seguro internacional de vida y de cobertura médico-hospitalaria adecuado, que les brinde los servicios y la atención de salud necesarios, válido para todo el período de duración de su movilidad.
7. Ambas instituciones facilitarán y apoyarán las solicitudes de recursos a organismos nacionales o internacionales que puedan colaborar a la financiación de los intercambios contemplados en el presente convenio.

TERCERA – INTERCAMBIO DE ESTUDIANTES DE LICENCIATURA O GRADO

1. Número de estudiantes

(a) El número de estudiantes intercambiados debe limitarse a dos (2) por año académico (equivalente a cuatro alumnos/semestre), siendo posible que se extienda esta cifra, mediante previo acuerdo entre las partes y considerando la reciprocidad;

m

(b) Ambas instituciones revisarán anualmente el número de estudiantes de intercambio y buscarán ajustarlo para lograr un equilibrio durante el periodo de vigencia del programa.

2. Selección de participantes e admisión

(a) Podrán participar en el programa de intercambio, los estudiantes que estén matriculados en estudios regulares de licenciatura/grado que ofrezcan las dos instituciones durante el curso en el que se realiza el intercambio;

(b) La institución de origen seleccionará los estudiantes que postularán participar en el programa teniendo en cuenta, según sus propios criterios, el desempeño académico y el nivel de estudios alcanzado por los candidatos;

(c) La institución receptora se reserva el derecho a tomar la decisión final sobre la admisión de cada estudiante nominado para el intercambio tras la comprobación de si reúne los requisitos requeridos, teniendo en cuenta la situación de reciprocidad en el número de estudiantes enviados y recibidos, y la disponibilidad de cupos;

(d) Una vez aceptados por la institución receptora, los estudiantes de intercambio tendrán los mismos derechos y obligaciones que los estudiantes propios de la institución receptora.

3. Coordinación

(a) Las actividades desarrolladas en base al presente Convenio tendrán la coordinación de los responsables de las oficinas de relaciones internacionales en cada institución o aquellos quienes les representen oficialmente;

(b) Cada año las instituciones fijarán, con suficiente antelación, con respecto a las fechas la convocatoria del programa en cada institución, el número y las condiciones de los cupos que se ofrecen.

4. Compromisos Académicos

(a) Los estudiantes participantes en el programa, una vez admitidos por la institución receptora, tienen el derecho a matricularse como estudiantes sin derecho a titulación en los estudios regulares ofrecidos por la institución receptora y por un periodo máximo de un curso académico (dos semestres) y por el número máximo de créditos permitido en cada institución, y se someterán al mismo régimen académico que los otros estudiantes matriculados en dichos estudios. Todos los estudiantes de intercambio deberán cumplir las leyes del país de destino;

(b) Las instituciones asociadas en el presente Convenio tienen el derecho de limitar, en coordinación con las Facultades o Escuelas involucradas, las asignaturas que se les

m

podrá ofrecer a los alumnos de intercambio, cuando lo considere conveniente, con el fin de facilitar el reconocimiento académico recíproco de los estudios realizados;

(c) Los estudiantes de intercambio podrán cursar cualquier programa académico ofrecido por la institución de destino, siempre y cuando se disponga de los cupos y con excepción de aquellos programas con matrícula restringida. Cualquier crédito académico obtenido en la institución de destino podrá ser transferido a la institución de origen, conforme a los procedimientos establecidos por ésta y el programa específico de estudios. La institución receptora orientará académicamente e informará sobre los programas de estudio pertinentes conforme corresponda;

(d) En caso de que un alumno de intercambio cuente con un acuerdo de estudios académicos, previamente firmado y sellado por ambas instituciones, la institución receptora deberá permitir que el estudiante se inscriba en todas las asignaturas incluidas en lo mismo, excepto en el caso de que la asignatura no se ofrezca durante el semestre académico específico o cuando exista incoherencias de horario. En cualquier de los casos, la institución de origen debe ser informada en el caso de que sea necesario modificar el Acuerdo de Estudios.

5. Evaluación

(a) Al final del período de estudio, la institución receptora emitirá un certificado académico de estudio parcial realizados por cada estudiante de intercambio, especificando el número de créditos cursados, la duración y las calificaciones obtenidas;

(b) Cada una de las dos instituciones aceptará los estudios realizados en la otra institución como equivalentes a sus propios, dentro de los límites que establezca la legislación vigente en cada país y la normativa propia de cada Universidad. Cualquier crédito académico obtenido en la institución anfitriona puede ser transferido a la institución de origen, sino que el reconocimiento quedará a cargo de esta última;

(c) La institución receptora se reserva el derecho de excluir al estudiante cuyo rendimiento académico o conducta fuera violatoria de las normas de la institución o del país anfitrión. La Institución receptora le informará a la institución de origen estas circunstancias antes de aplicar dicha medida. Ambas partes acuerdan que no habrá reemplazo de los estudiantes que no finalicen el intercambio.

6. Alojamiento y Servicios de Apoyo

(a) La institución receptora prestará a los estudiantes que reciba en el marco del presente programa de intercambio la ayuda necesaria en la búsqueda de un alojamiento adecuado, así como les proporcionará apoyo y orientación adecuada para el óptimo desarrollo de su estancia;

(b) Los estudiantes de intercambio tendrán derecho en la institución receptora a acceder y utilizar los servicios que ésta ofrezca en las mismas condiciones que sus propios

m

estudiantes. La institución receptora informará debidamente a los estudiantes de intercambio sobre la disponibilidad de dichos servicios.

CUARTA – INTERCAMBIO DE ESTUDIANTES DE POSGRADO

El número de estudiantes, así como todas las especificaciones para el intercambio de estudiantes de posgrado se deberán definir de común acuerdo entre las partes, caso por caso a través del documento correspondiente.

QUINTA – INTERCAMBIO DE PROFESORES Y INVESTIGADORES

(a) El intercambio de profesores o investigadores visitantes para tomar parte en programas de formación, estudio y desarrollo de proyectos conjuntos deberá ser efectuado de acuerdo al Programa de Trabajo encaminado y aprobado por escrito por las partes;

(b) Los profesores e investigadores asumirán todos los gastos con transporte, alojamiento, comidas y seguro médico, incluyendo gastos adicionales contraídos por la pareja o dependientes, si fuera el caso;

(c) Los profesores e investigadores deben disfrutar de ventajas iguales a las de sus colegas de la institución de acogida;

SEXTA – SOLUCIÓN DE CONTROVERSIAS

Las instituciones signatarias acuerdan resolver, de forma amistosa, cualquier controversia derivada de la interpretación del presente convenio. En el caso de que no se pueda resolver la cuestión, la disputa se someterá a un arbitraje. Cada institución designará un miembro del comité de arbitraje e un tercer miembro se elegirá de común acuerdo.

SÉPTIMA – VIGENCIA

El presente documento entrará en vigor en la fecha de la última firma y su validez corresponderá a la del Acuerdo General de Cooperación. Este convenio podrá ser modificado a cualquier momento por voluntad y acuerdo entre las partes. Asimismo, este Acuerdo se podrá rescindir anticipadamente por cualquier de las partes, mediante aviso por escrito a la otra parte, con al menos tres (3) meses de antelación a la fecha determinada para tal efecto. Tal decisión no afectará las actividades académicas en desarrollo, que deberán continuar hasta su terminación conforme al programa, términos y calendario acordados originalmente.

OCTAVA – RESPONSABILIDAD CIVIL

Queda expresamente pactado que ninguna de las partes tendrá responsabilidad civil por daños y perjuicios que pudieran causarse recíprocamente por causas de fuerza mayor o casos fortuitos que impidieran la continuación de las actividades objeto del presente

m

Convenio Específico, pudiendo reanudarse hasta su total conclusión, en las mismas condiciones y circunstancias cuando desaparezcan las causas que motivaron su suspensión.

Estando de acuerdo, las instituciones firman el presente Convenio Específico para el Intercambio de estudiantes y profesores en cuatro (4) ejemplares, siendo dos (2) en español y dos (2) en portugués, de igual forma y tenor.

UNIVERSIDADE FEDERAL DA PARAÍBA



Margareth de Fátima Formiga M. Diniz
Dra. Margareth de Fátima Formiga M. Diniz
Rectora

João Pessoa, 09/10/17

UNIVERSIDAD COMPLUTENSE DE MADRID

A handwritten signature in blue ink, consisting of stylized initials and a surname.

Dr. Carlos Andradás Heranz Rector
Rector

Madrid, 20 de octubre de 2017